

Pauta e problema para Governo

JORNAL DE BRASÍLIA

08 MAR 1992

Andrei Meireles

Enfraquecido pelos sucessivos escândalos, o Governo Federal enfrentará esta semana sérias dificuldades no Congresso Nacional para incluir na pauta a votação de propostas de seu interesse e esfriar a ofensiva investigativa dos parlamentares sobre o Palácio do Planalto. O recesso parlamentar de Carnaval e a dedicação em tempo integral do Planalto para evitar que a denúncia contra o ex-ministro Antônio Rogério Magri atingisse o próprio Presidente da República impediram a negociação com o PMDB para superar o impasse em torno da votação do projeto que cria a Secretaria de Governo. A semana política, em consequência, começa com um impasse na pauta — a exigência do PMDB de só votar a criação do cargo para o ex-senador Jorge Bornhausen com a votação também do projeto que anula o decreto precatório. Para

agravar, os inúmeros requerimentos de convocação do ministro Jarbas Passarinho para explicar a suposta omissão do Governo na apuração da denúncia contra Magri.

Nesta semana, serão escolhidos os novos comandos das comissões técnicas do Congresso Nacional. Esses postos são cobiçados e geralmente alimentam acirradas disputas. Agora, com um agravante: os aliados do Governo atropelados na tentativa de criar o Bloquinho, que lhes proporcionaria mais cargos, vão querer cobrar do Executivo o comando de comissões de mais importância, destinadas aos partidos que integram o bloco governista. No Senado, o Governo ameaçou formar um bloco parlamentar que tiraria do PMDB as presidências das principais comissões, mas dificilmente concretizará a idéia devido à represália já anunciada pelas oposições — a criação de um novo bloco integrado pela maioria absoluta do Senado.

O coordenador político do Governo, ministro Jarbas Passarinho, inicia a semana desgastado e alvo de pedidos de investigação devido ao caso Magri. Com isto, sua margem de manobra fica bastante reduzida. O ministro Ricardo Fiúza ainda enfrenta problemas por sua ostensiva ação para implodir o Bloquinho e destituir lideranças partidárias. O futuro ministro Jorge Bornhausen está mais preocupado em viabilizar a criação da Secretaria de Governo do que em participar ativamente das articulações políticas. Portanto, permanece em compasso de espera.

Na avaliação de lideranças governistas, o momento não é o mais adequado para o Governo medir forças no Congresso Nacional. Elas, contudo, não vêem como o Executivo possa ceder na questão dos aposentados, pois isso afetaria drasticamente a sua política econômica. A força política adquirida pelo Executivo com a reforma minis-

terial praticamente se desfez nas últimas semanas e o Governo enfrenta, agora, o reinício de fato dos trabalhos legislativos na defensiva. Os desdobramentos do caso Magri proporcionaram às oposições farta munição que começará a ser disparada esta semana.

O deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB, assegura que não recua na sua exigência de votar o precatório antes da criação da Secretaria de Governo. Genebaldo, com uma forte oposição interna, que promete cobrar-lhe esta semana uma posição mais dura em relação ao Governo, não se sente em condições políticas de recuar na queda de braço com os governistas. Na terça-feira, os líderes partidários reúnem-se para discutir a pauta de votação e se não houver acordo o Congresso Nacional continuará sem deliberar sobre questões importantes para o Executivo e para as oposições.